

O TERRITÓRIO CAIÇARA E A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA - ESTADO, AMBIENTALISMO E SOBREVIVÊNCIA

CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas *

Introdução

O assunto enfocado neste trabalho tem aparecido em diversas discussões e está sendo objeto de estudos científicos em diversas áreas. Durante a realização de uma dissertação de mestrado, com o título **No Território do Azul Marinho - A busca do espaço caiçara** (1993), uma das questões que permeou o trabalho, tanto o de campo quanto a pesquisa bibliográfica, era o conflito que surgia entre posturas ambientalistas e a população residente ou próxima de uma área de conservação.

A pesquisa, realizada em três comunidades da Ilha de São Sebastião, no Litoral Norte de São Paulo, constatou que três temas surgiam na preocupação com o morador nativo (o caiçara): as transformações que ocorriam com a pesca artesanal, o rápido desenvolvimento da atividade turística, acompanhado de uma forte especulação imobiliária e, por fim, o que será tema deste trabalho: a criação de uma unidade de conservação pelo Estado.

Os conflitos entre a população caiçara e a unidade de conservação que foram observados durante o trabalho de campo, assim como reflexões e contribuições teóricas que permitiram um avanço na compreensão da questão, serão aqui apresentados, iniciando-se pela discussão da criação do Parque Estadual de Ilhabela, partindo para uma breve análise da territorialidade caiçara e da relação entre ambientalismo e sobrevivência.

1. A criação do Parque Estadual de Ilhabela e a população local

No Brasil, dos parques e reservas criados desde a década de 30 - criação do Parque Nacional de Itatiaia - poucos foram efetivamente implantados, sendo que muitos ficaram apenas na formalização legal, mas não receberam recursos financeiros e humanos. DIEGUES (1994) destaca que as preocupações com a criação de parques e reservas nacionais aparecem desde o século passado, sendo que em 1896 o Estado já criara o seu Serviço Florestal, e que a primeira proposta para a criação de parques nacionais data de 1876, do abolicionista André Rebouças. Até o ano de 1989 o Estado brasileiro já tinha criado 83 áreas protegidas.

O manejo dessas áreas permitia a recreação e a educação ambiental, e não aventava a sua utilização pelas populações tradicionais já residentes. É interessante destacar que a maior parte das unidades de conservação brasileiras foram criadas durante o período militar (DIEGUES, 1994:106), refletindo o autoritarismo da época. A idéia subjacente era sempre de uma área “natural”, esquecendo-se das populações que lá viviam, como índios, ribeirinhos e outras populações tradicionais, e colocava que essa área deveria ser preservada para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos. Quando a população

* Professora assistente de Geografia Humana da Universidade Estadual de Londrina - Londrina, Paraná, Brasil.

tradicional era citada, era sempre no sentido de considerá-la um problema, cuja solução passaria pela retirada da área.

O Parque Estadual de Ilhabela, criado pelo decreto nº 9.414, de 20 de janeiro de 1977, não contava até o ano de 1995 com recursos suficientes para manter os funcionários necessários: possui poucos vigias e técnicos para uma área de 27.025 hectares. A efetiva implantação de um parque exige recursos para a aquisição de terras, para a regulamentação fundiária e manutenção do pessoal necessário, que após 18 anos ainda não tinham sido recebidos. Como muitos outros parques brasileiros, praticamente existe apenas no papel, com uma pequena fiscalização que atua esporadicamente. Nenhuma indenização foi realizada para a regularização fundiária, sendo que parte dos moradores tradicionais possuía a documentação de posse das terras, herdada de seus antepassados.

Este Parque ocupa 80% da área total da Ilha de São Sebastião, que possui 33.593 hectares, somados com a área total de todas as outras ilhas menores do arquipélago de Ilhabela: Vitória, Búzios, Sumítica e ilhotas. Na Ilha de São Sebastião as divisas do parque são definidas por cotas altimétricas de 0, 100 e 200 metros.

Após a criação do parque e definição dos seus limites, parte das comunidades de moradores ficou no seu interior e outra parte no seu exterior, ao mesmo tempo que ocorria uma especulação imobiliária violenta, pela rápida penetração da atividade turística. Um rápido processo de urbanização ocorreu na área do canal de São Sebastião, onde a cota altimétrica do parque inicia-se nos 200 metros, e onde fica a “vila” ou “ilhabela”, o antigo núcleo urbano .

O arquipélago de Ilhabela tinha ficado relativamente isolado das transformações que ocorriam nos centros urbanos maiores e mesmo em determinadas áreas rurais brasileiras: até a aceleração da atividade turística como fenômeno de massas e a inauguração da rodovia Rio-Santos (década de 70) e depois da decadência da monocultura de café, que ocorreu no século XIX, a maior parte dos habitantes sobrevivia através de uma agricultura de subsistência, combinada com a pesca artesanal e algumas relações comerciais com cidades maiores.

A estreita relação com o meio, além da história e tradição dessas comunidades, criou uma territorialidade, como colocado por SANTOS (1987:61):

“Assim como cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos. A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver (...) O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, moramos, mas também um dado simbólico.”

A legislação preservacionista do parque representou uma intervenção que impedia a sua forma de sobreviver na área que considerava seu território, no sentido subjetivo, do lugar ao qual se pertence, com a familiaridade do cotidiano nas manifestações naturais e uma densa rede de relações sociais formadas por laços de parentesco e vizinhança.

Esta territorialidade também foi fruto da relativa independência da população local com relação às instituições do Estado e macroeconômicas, em virtude do pouco interesse econômico que a região passou a ter após a decadência da cafeicultura. Tendo que sobreviver com os recursos locais, o conhecimento empírico relacionado com a coleta de produtos para alimentação, para fins medicinais e para a construção de instrumentos de trabalho foi demonstrando sua utilidade para o cotidiano e o conhecimento das localizações (assim como ocorre na pesca artesanal, com seu territórios) passou a representar um domínio ou poder com relação ao espaço, socialmente valorizado.

É necessário destacar que, para esta população, nesse período, as determinações dos elementos naturais eram fundamentais para a sobrevivência. E, após a penetração da atividade turística, a criação do parque e as transformações na pesca artesanal, a determinação passou a ser indicada pela estrutura social dominante, tanto nas suas estruturas econômicas, quanto políticas e ideológicas.

Assim, o termo territorialidade também está sendo utilizado no sentido de relações de poder espacialmente delimitadas: os moradores tradicionais do arquipélago possuíam, como território, um espaço muito mais amplo que o apenas contido pelo local de moradia ou mesmo o definido pelos limites das posses legais. A transformação que ocorreu, principalmente a partir da década de 70, representou a perda do território.

2. A territorialidade caiçara

Caiçara é a denominação que recebe o nativo tradicional do litoral brasileiro que vai do estado do Paraná até o estado do Rio de Janeiro. A palavra teve origem no tupi kai'sara: era o nome da estacada de proteção à volta das tabas ou aldeias indígenas.

Tradicionalmente, era um agricultor-pescador e possuía um ambiente de trabalho peculiar: o mar é indivisível juridicamente e o seu tempo de trabalho não era controlado pelo relógio, mas por fenômenos naturais, como chuvas, ventos, comportamento das espécies animais e vegetais. Essa estreita relação com o meio criou um conhecimento empírico, também herdado dos grupos indígenas que anteriormente ocuparam a região, como pode ser constatado por vários hábitos, inclusive alimentares.

O termo caiçara indica, portanto, uma contraposição ao urbano; mas hoje significa também uma declaração de territorialidade, de ser descendente dos nativos, uma auto-diferenciação extremamente importante no âmbito local.

Para o caiçara, o sentimento de propriedade existia com relação ao fruto do seu trabalho: pesca, plantações; mas não com relação à terra, por isso cercas dividindo propriedades eram desconhecidas. Pouco habituado às relações capitalistas quanto à posse das terras, muitas posses foram vendidas - dentro e fora da área do Parque - por valores mínimos, no que parecia um ganho significativo.

Para os caiçaras de Ilhabela, a criação do parque pelo Estado significou uma intromissão autoritária no seu território - as falas nas entrevistas feitas na Ilha de São Sebastião deixam esse aspecto bem claro - num conflito com o Estado e com os movimentos ambientalistas que não consideram os interesses da população local. São referidas as diferenças de interesses entre os que precisam sobreviver e os que querem conservar a natureza para si próprios.

A fala de uma entrevistada ilustra bem essa posição:

“Nós estamos fazendo um abaixo-assinado pedindo o calçamento, dizem que ele (o prefeito) não quer por causa dos magnatas, eles estão se opondo ao calçamento da estrada do sul porque querem conservar a ilha natural. Acontece que eles vêm para cá de vez em quando, com todo o conforto. Nós não, dependemos do ônibus, se chove três dias o ônibus não vem para cá. Se uma pessoa fica doente aqui, morre antes de chegar ao recurso. Parece que ele está querendo ir para o lado dos grandes, só que ele vai sofrer um pouco, porque o pessoal não vai aceitar.” (Dona Benedita, dona de pequeno restaurante, 40 anos)
Outras falas podem ilustrar a resistência da população caiçara com relação ao Parque:

“nas escrituras dizem que vai até as vertentes, mas na cota 200 é só até onde você pode usar, pela escritura, então, passa da cota 200. É só para dizer que tem, mas na Ilhabela você não tem mais nada, porque veio essa lei da Florestal e não posso cortar nenhuma árvore, não posso plantar”. (Sr. Zizico, 45 anos, caseiro)

“eu planto lá para cima, vou ter medo? Desde o tempo do meu avô a gente já plantava mandioca lá”. (Sr. Sebastião, 57 anos, agricultor e produtor de farinha)

Isto não significa que a população desconhece ou não se importa com a questão ambiental, mas que a preocupação concernente ao extrativismo e agricultura é empírica, numa relação histórica onde a população vê a necessidade de sobreviver com os recursos locais:

“Muitas coisas sou a favor, muitas sou contra. No tempo dos meus antepassados, todos plantavam, todos caçavam e não devastavam a ilha e hoje um pai de família não pode tirar um cabo de enxada na mata, por isso sou contra. Outras sou a favor, pegar peixe pequeno? Tem que deixar crescer. No tempo do meu avô fazia canoa e ia para Santos e hoje uma rocinha já desfalca a mata? A natureza, ela própria se encarrega de fazer outra, não sou contra o povo plantar” (Sr. Benedito Lourdes, pescador aposentado, 57 anos)

“esse negócio de desmatamento está certo, porque cria erosão no morro, e a queimada acaba com tudo, só é ruim porque tem gente que depende de uma lenhazinha, só isso é ruim, mas do resto está certo.” (Edmir, marinheiro de lancha de recreio, 41 anos)

“a terra é de Deus (...) A Florestal não quer que eu plante, não pode tirar uma lenha para esquentar água, não quer deixar matar peixe, não quer nada. Eles não sabem que se não plantar, não come?” (Dona Maria, agricultora, 64 anos)

“Eu vou lá e tiro um galho de árvore que dá para fazer uns cinco barquinhos e isso não considero devastação, pois vivo disto, mas acho que devia ter mais chance para a gente nessa lei, mas para devastação mesmo eles estão certos” (Manoel, 31 anos, artesão)

Estas falas surgiram durante entrevistas realizadas na Ilha de São Sebastião, em comunidades que residiam na área do canal, portanto cujo local de residência está fora dos limites do Parque. Demonstram a necessidade de pensar também nesta parcela da população caiçara, ao pensar-se no plano de gestão. Iniciava-se a questão perguntando do conhecimento a respeito de Ilhabela ser, na maior parte, um parque estadual. Das 132 entrevistas onde as respostas dos entrevistados foram tabuladas, apareceu um dado

importante para a análise da questão do parque: mais da metade dos entrevistados (77 pessoas) desconhecem o Parque Estadual de Ilhabela. A pergunta então era refeita: a questão passava a ser se conheciam a atuação da Polícia Florestal. Com esta reformulação, a grande maioria dos entrevistados passava a comentar as ações restritivas ou punitivas, posicionando-se contra ou a favor.

Portanto, uma parte da população caiçara de Ilhabela desconhece o conceito de parque, ou o próprio Parque Estadual de Ilhabela, apenas conhecendo o seu aspecto restritivo. A maneira como o parque foi criado, sem vínculos ou diálogo com a população local, explica essa situação.

Mesmo assim, na maior parte das respostas aspectos positivos são ressaltados: a importância da preservação da fauna, dos pássaros, da conservação da mata, da conservação da natureza e da conservação da ilha. Mesmo em respostas que abordam a questão do impacto dos aspectos restritivos perante a sobrevivência do grupo, o mais usual era o entrevistado colocar os pontos positivos e negativos, como em algumas citadas anteriormente.

A preocupação que apareceu durante as entrevistas é com uma conservação que permita a sobrevivência da população que lá vive e que, nas atividades tradicionais, depende da área do atual parque. Pode-se dizer que o discurso não é preservacionista, já que a idéia de preservação parece carregada de uma aura de intocabilidade, mas os exemplos citados demonstram um compromisso com a conservação, que pode até tornar essa população uma aliada na gestão.

3. Ambientalismo e sobrevivência

Hoje todos são unânimes quando o tema é a necessidade de conservação. Mas como e para quem a conservação estará dirigida? Para responder esta questão, um artigo de MORAES (1990) pode servir como referência para a reflexão.

Coloca o autor que hoje ocorre um debate metodológico complexo, e que sem esse debate o método vira técnica. A metodologia serve para discutir os princípios que servem de rumo para os procedimentos e para uma reflexão entre a relação política/ação/ciência.

A problemática ambiental, vista como uma questão social, passa a ser um campo de atuação. Os fenômenos naturais deixam de ser abordados em si mesmos, e passam a ser abordados enquanto recursos para a vida humana. Entre o homem natureza e a natureza, o trabalho aparece como elemento mediador.

Nesta postura filosófica, o relacionamento do homem com o ambiente é resolvido dentro de relações sociais historicamente determinadas. E a questão ambiental passa a ser encarada como manifestação de uma dada estrutura social. Assim, a retirada da população nativa de áreas de conservação não significa uma atitude coerente com a preocupação ambiental; pelo contrário, significa um agravamento da questão, pois estas pessoas irão engrossar a massa de desempregados ou subempregados urbanos das periferias das grandes cidades, cidades que também são meio ambiente.

Ora, quando um espaço como Ilhabela passa a ser um espaço de conservação, isso ocorreu em virtude da necessidade e expectativa de nossa sociedade atual, com a urbanização intensa e degradação ambiental causada pela maneira de produzir e consumir. Não foi o modo de vida caiçara que trouxe um grande risco para a conservação de Ilhabela, mas um processo muito mais amplo, que teve como frutos a especulação imobiliária trazida pela

atividade turística e também a construção de rodovias (que foram extremamente impactantes).

A legislação e os instrumentos legais do Parque Estadual de Ilhabela não consideraram a existência, dentro dos seus limites, da população caiçara. Esta população perdeu a terra, mesmo quando possuía a posse legal, através da criação do Parque, sendo que nem sequer recebeu a indenização, que poderia ser a contrapartida do Estado.

Nestas duas décadas, ocorreu um outro processo: muitas posses foram vendidas para agentes ligados à especulação imobiliária trazida pela atividade turística, também de áreas dentro do Parque, e pela dificuldade de acesso à esses locais (pela não autorização da construção de estradas, por exemplo) os caiçaras permaneceram na mesma comunidade, mas já sem a posse legal da terra. A compra desses documentos de posse significa um investimento especulativo, inclusive com a instalação de um processo contra o Parque. Portanto, o simples pagamento dessa indenização não significaria a solução para a questão. Dentro dos movimentos ambientalistas há um leque de visões na abordagem da questão da população local em áreas de conservação: vai de encarar a população local, principalmente a maioria pobre, como o agente principal da destruição ambiental até entender estas pessoas também como vítimas da destruição ambiental, que é uma consequência do processo político-econômico.

No primeiro caso, a solução é simplificada: passa por obrigar estas pessoas a aderir a planos e programas oficiais, usando na linguagem oficial o termo “educá-los”, obrigando-os a “preservar” o meio ou até à simples retirada da população. A resistência da população nativa aos reflexos desta posição é óbvia.

No segundo caso, a solução é bastante complexa: em tese, encara a população local como composta por sujeitos ativos, participando das ações de proteção ambiental, contribuindo com o seu conhecimento empírico, participando de processos políticos e das decisões do Estado, através de movimentos populares. As dificuldades de trabalho encontradas pelos defensores da política de participação são inúmeras, em razão de um processo histórico onde a participação popular foi desconsiderada.

O que se observa é a inexistência de mecanismos de diálogo entre as administrações dos Parques e as comunidades caiçaras que lá vivem. Quando uma tentativa de diálogo existe, muitas vezes transforma-se em monólogo, pois o saber científico e técnico é fundamentado na idéia de saber a melhor maneira do caiçara sobreviver e este tem uma desconfiança histórica dos agentes institucionais.

Existem exceções, e dentro das discussões sobre a questão ambiental já percebe-se posturas e atitudes que indicam a necessidade de dialogar com outras formas de conhecimento, mesmo que este diálogo seja difícil, implicando numa mudança de visão de mundo ou de paradigma. Implica em valorizar, realmente, o direito do morador de permanecer no seu território e respeitar o conhecimento que o caiçara tem sobre o meio, sendo que alguns trabalhos estudaram a riqueza de informações ou representações que possuem sobre o céu, o mar e a terra. A educação ambiental é uma das finalidades dos Parques, pela legislação vigente, e abre nessa linha a possibilidade de um reaprendizado das relações com a natureza no contato com estas tradições.

VESENTINI (1989:35-36) escreve sobre o risco da crise ambiental também trazer a possibilidade da aceitação do autoritarismo social, onde é dado:

“mais poder à autoridade para proibir, estabelecer leis e punições, prisões e multas, cerceamentos e maior policiamento (...) representa uma resposta possível a esse problema, uma resposta que não contraria radicalmente o *status quo* e, ao mesmo tempo, enraíza-se nas profundezas da repressão social e psicológica, nos valores mais autoritários da sociedade moderna, no culto ao chefe (que simboliza o ‘pai coletivo’, tão desejado por muitos) e à certeza, na hostilidade frente ao desconhecido e ao dúbio.”

Outra dificuldade para uma gestão mais democrática da área do Parque, com a participação da população local, é esperar um comportamento idílico desta população, e desistir assim que as primeiras dificuldades forem encontradas. Os caiçaras carregam uma história onde sempre foram utilizados pelos agentes institucionais: a desconfiança é a regra. Necessitam de retorno rápido para suas expectativas: e esse retorno deve estar ligado à melhoria da qualidade de vida. Uma citação pode ser muito útil para compreender esta dificuldade encontrada:

“Em decorrência do verde-amarelismo, dos populismos, do autoritarismo paternalista, freqüentemente encontramos no Brasil uma atitude ambivalente e dicotômica diante do popular. Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolve sob a dominação.” (CHAUI, 1986:124)

É importante colocar que a sobrevivência destas pessoas no seu território está ligada também, além do Parque, enfocado neste trabalho, às questões trazidas pelas modificações que ocorrem na pesca - foi surpreendente a quantidade de homens ligados ainda à pesca artesanal, praticamente abandonada pela administração do município; e à forma do desenvolvimento da atividade turística regional. A discussão destes dois temas não foi objeto deste trabalho, apesar de estarem intrinsecamente ligados.

Considerações finais

A criação de espaços de conservação administrados pelo Estado foi realizada sem pensar nas populações que estavam no seu interior. Esta população era considerada como um problema, cuja solução lógica passava pela sua retirada. Alguns movimentos preservacionistas, de uma maneira simplificada, formulavam a idéia de criação de espaços “naturais” intocáveis, acreditando que assim estavam atuando para a melhoria da questão ambiental.

Um enfoque apresentado nas ciências sociais é o de perceber a questão ambiental como uma questão social, isto é, que a degradação ambiental sem precedentes que encontramos hoje em escala mundial é fruto de um modelo de desenvolvimento e de progresso típico da nossa sociedade. A questão ambiental passa pela discussão do meio ambiente do homem, e não de um meio ambiente sem o homem.

Um reflexo deste enfoque, dentro dos planos de gestão de unidades de conservação, é o de rediscutir a questão da população no interior destas unidades. Porém a complexidade do tema passa a ser maior quando percebe-se que estas populações possuem uma

territorialidade específica, muito mais ampla que o simples limite de suas residências ou posses. A discussão deve abranger, também, comunidades que podem não ter o seu local de moradia dentro da área de conservação, mas que dependem dessa área para a manutenção de suas atividades tradicionais.

Pensando no caso do Parque Estadual de Ilhabela, a criação desta área significou a perda de território para os caiçaras nativos, porém a análise do impacto maior trazido pela rápida especulação imobiliária, que acompanhou a atividade turística no Litoral Norte de São Paulo, mostra que a criação do parque também significou, num processo contraditório, a permanência de parte da população caiçara, já que representou um freio para a atividade turística em maior escala.

Este tema, com sua complexidade atual, aqui apenas delineado de maneira incipiente, é objeto de estudo de trabalho iniciado recentemente por outra pesquisadora, Wanda T. P. de V. MALDONADO, que enfocará o Parque Estadual de Ilhabela. O estudo da relação entre áreas de conservação e populações tradicionais, de uma maneira geral, torna-se de extrema importância, tanto para o ambientalismo quanto para a gestão mais democrática das unidades de conservação, assim como para a relação entre ciência e sociedade, com toda a sua multiplicidade.

Referências bibliográficas

- ÂNGELO, Sueli (Coord.). **Ilhas do Litoral Paulista**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1989.
- BRANCO, Samuel M. **O Meio Ambiente em Debate**. São Paulo: Moderna, 1990.
- CALVENTE, Maria del C. M. H. **No Território do Azul-Marinho - A busca do espaço caiçara**. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, Dep. de Geografia, 1993.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência - aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DIEGUES, Antonio C. **O mito moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB - USP, 1994.
- FRANÇA, Ary. **A Ilha de São Sebastião - estudo de Geografia Humana**. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, Inst. de Geografia, 1951.
- KEITH, Thomas. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MALDONADO, Simone C. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1986.
- MARCÍLIO, Maria L. **Caiçara: Terra e População. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba**. São Paulo: Paulina: CEDHAL, 1986.
- MORAES, Antonio C. R. “Bases Epistemológicas da Questão Ambiental: O Método”, in Revista **Orientação**, 8. São Paulo: USP, Dep. de Geografia, 1990.
- RODRIGUES, Adyr A. B.; COSTA, Yara M. da. **Tourisme et capacité de change spatiale des pays en voie de développement**. Mulhouse, Université de Haute Alsace, 1987.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SHIVA, Vandana. “Os verdes e os pseudoverdes”, in **Cadernos do Terceiro Mundo**, 146. Rio de Janeiro: dezembro/91-janeiro/92.
- SILVA, Armando C. da. **O Litoral Norte do Estado de São Paulo (formação de uma região periférica)**. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, Dep. de Geografia, 1975.
- SIQUEIRA, Priscila. “Os caiçaras e a Rio/Santos” in **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, outubro/dezembro de 1989.
- URRÚTIA, Enric Pol I. **Psicologia del Medio Ambiente**. Barcelona: Ediciones Oikos-tau, 1981.
- VESENTINI, José W. **Geografia, Natureza e Sociedade**. São Paulo: Contexto, 1989.